

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO Nº....., de 2016 (Do Sr. Marco Tebaldi)

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para discutir a intenção das operadoras de telefonia de limitar a internet banda larga residencial e empresarial no território brasileiro.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro realização de Audiência Pública para discutir a limitação da internet banda larga nos lares e nas empresas brasileiras.

Para tal, solicitamos convidar um representante do Ministério das Comunicações, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, um representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – Sinditelebrasil e um representante de entidade de defesa do consumidor.

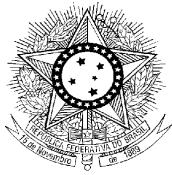
### JUSTIFICATIVA

Nas últimas semanas, gerou revolta a informação de que as operadoras querem alterar os planos de internet fixa oferecidos para residências e empresas, colocando limites de *download*, com a possibilidade de suspensão do serviço quando o usuário atinge uma determinada quantidade de arquivos e dados baixados.

Até o momento, exceto para celulares, que já tinham seu limite estabelecido, tal serviço era cobrado de acordo com a velocidade de navegação contratada, sem teto de uso da internet.

Regulamento do setor permite às empresas impor limite de uso da internet fixa. Mesmo assim, o assunto virou polêmica depois de Vivo anunciar, em fevereiro, que passaria a adotar o limite de franquia nos novos contratos desse serviço. A Vivo entrou no mercado de banda larga fixa depois de se fundir, em 2014, com a GTV.

Existem suspeitas que a Anatel tem criado normas que permitem que as operadoras de internet fixa “prejudiquem” os consumidores, ao estabelecer condições para que essas empresas possam oferecer contratos prevendo o



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

corte do sinal quando o cliente atingir o limite da franquia, conforme comentou o Advogado Claudio Lamachia, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, ao G1.

Diante do calor dos debates, contamos com os nobres pares para aprovação deste Requerimento para que possamos atender à demanda da sociedade e tentar colaborar na solução da questão.

Sala das Sessões, de de 2016.

**Marco Tebaldi**  
Deputado Federal – PSDB/SC